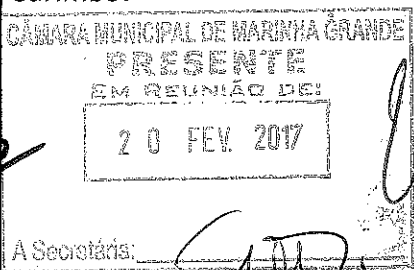




CÂMARA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE

Minuta de Deliberação

Data: 20/02/2017 Acta nº: 5		Remeta-se a: DAF - Recursos Humanos, c/cópia à DFE	
Aprovada por:			
Maioria <input type="checkbox"/> Unanimidade <input checked="" type="checkbox"/>			
Observações:			
Carimbo: 		Proveniência: Gabinete da Presidência	
A Secretária: 		Serviço:	
		Elaborada por:	
		Visto do dirigente:	
A Secretária:		O Presidente: 	
Título: Autorização para abertura de procedimento concursal comum na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para quatro assistentes operacionais para a Divisão de Cidadania e Desenvolvimento (área da educação).			

Texto:

Considerando que:

- O mapa de pessoal da Câmara Municipal para o ano de 2017 foi aprovado pela Assembleia Municipal em 29 de dezembro de 2016, contendo os postos de trabalho necessários para o cumprimento das atividades de natureza permanente e temporária a desenvolver durante o corrente ano;
- O Município, nos termos do artigo 23.º, n.º 2 alínea d), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, possui atribuições na área da educação;
- Importa que o rácio previsto na Portaria n.º 1049-A/2008, de 16 de setembro, mais concretamente no artigo 4.º, 2.1., seja ocupado por trabalhadores pertencentes ao mapa de pessoal, situação que nos últimos anos não se tem conseguido garantir;
- No corrente ano letivo, face ao número de jardins-de-infância, salas de aula e crianças, o

rácio determinado ao abrigo da Portaria aludida, é de vinte e seis trabalhadores;

- A este número, acresce a autorização de Sua Excelência a Secretária de Estado Adjunta e da Educação, para colocação de três assistentes operacionais para apoio a alunos com necessidades educativas especiais, autorização que se tem verificado em anos anteriores e que perspetivamos que se mantenha;

- O número de trabalhadoras em exercício efetivo de funções na área da educação à data, totaliza vinte e três;

- Para dar resposta cabal às necessidades do serviço, em matéria de educação, e em prol do interesse público, é imprescindível o reforço de meios humanos;

- Em reunião de 12 de janeiro de 2017, o órgão executivo deliberou a afetação de 14.687,60€ para o recrutamento de quatro assistentes operacionais para este fim;

- A operacionalização e qualidade dos serviços impõe a existência de recursos humanos adequados, de modo a garantir o cumprimento das obrigações de prestação de serviço público;

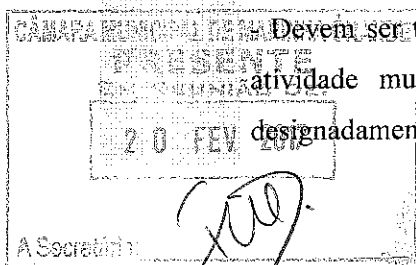
- De acordo com o previsto no n.º 1 do 30.º da Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2004, de 20 de junho, os serviços da Administração Pública podem promover o recrutamento dos trabalhadores necessários ao preenchimento dos postos de trabalho previstos no mapa de pessoal;

- Nos termos do n.º 3 do mesmo artigo, o recrutamento é feito por procedimento concursal restrito aos trabalhadores detentores de um vínculo de emprego público por tempo indeterminado;

- Em caso de impossibilidade de ocupação de postos de trabalho com recurso a estes trabalhadores, podem ser recrutados trabalhadores com vínculo de emprego público a termo ou sem vínculo de emprego público, conforme n.º 4;

- Em casos excecionais, devidamente fundamentados, e de acordo com o disposto no n.º 5 do artigo 30.º da LTFP, a câmara municipal pode autorizar a realização de procedimento concursal a que possam concorrer os trabalhadores com e sem vínculo de emprego público;

Devem ser tidos em conta os princípios de racionalização e eficiência que norteiam a atividade municipal, que implicam a racionalização e a economia dos meios, e designadamente por razões de celeridade, economia processual e aproveitamento dos atos



numa lógica de contenção de custos;

- É notória a urgência de proceder à abertura do procedimento concursal, cuja necessidade se encontra elencada no mapa de pessoal do corrente ano;

- No que respeita à consulta à Entidade Centralizadora para a Constituição de Reservas de Recrutamento, em cumprimento do artigo 4.º, n.º 1 da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na sua redação atual, cuja atribuição é conferida ao INA, por força do artigo 2.º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 48/2012, de 29 de fevereiro, foi prestada a seguinte informação "*Não tendo, ainda, decorrido qualquer procedimento concursal para constituição de reservas de recrutamento para a categoria de assistente operacional, declara-se a inexistência, em reserva de recrutamento, de qualquer candidato com o perfil adequado*", conforme anexo 1;

- No que respeita aos trabalhadores em regime de requalificação e no estrito cumprimento do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na sua redação atual, conjugado com o artigo 13.º da Lei n.º 77/2015, de 29 de julho, foi consultada a Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria (CIMRL), tendo a entidade informado que "*(...) até ao momento, não existe qualquer Comissão criada, no âmbito da CIMRL, sobre a existência de Pessoal em Sistema de Requalificação.*" (anexo 2);

- Os encargos com o recrutamento dos postos de trabalho para a Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, encontram-se inscritos no orçamento das despesas correntes com pessoal para o corrente ano, sob as seguintes classificações, estimando-se que o recrutamento produza efeitos em setembro:

- 06/01010404 (vencimento): 8.912,00€

- 06/0101130202 (subsídio de refeição): 1.737,18€

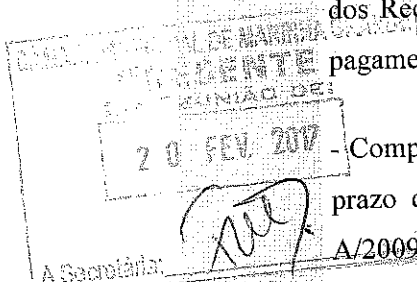
- 06/0101140204 (subsídio de férias): 810,20€

- 06/0101140204 (subsídio de Natal): 742,72€

- 06/0103050202 (segurança social): 2.485,50€

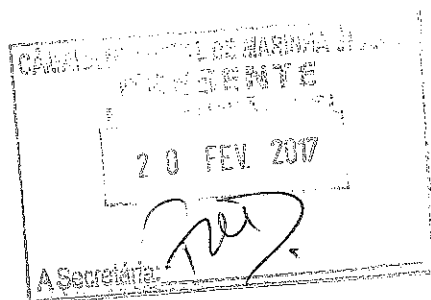
- No quadro plurianual de programação orçamental, quando da elaboração da proposta dos Recursos Humanos, foi prevista dotação em anos seguintes que permita assegurar o pagamento do vencimento na categoria de assistente operacional, pessoal em funções;

- Compete à entidade que autoriza a abertura dos procedimentos concursais estabelecer o prazo de apresentação de candidaturas, nos termos do artigo 26.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na redação dada pela Lei n.º 145-A/2011, de 6 de abril;



A Câmara Municipal, depois de apreciado o assunto **delibera**, ao abrigo do disposto no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, conjugado com o artigo 30.º, n.º 5 da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, **autorizar a abertura de procedimento concursal comum na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para quatro assistentes operacionais, área da educação, para a Divisão de Cidadania e Desenvolvimento**, destinado também a candidatos que não possuam relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida, sem prejuízo das prioridades de recrutamento, com um prazo de apresentação de candidaturas de 10 dias úteis.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.



Zimbra

marina.freitas@cm-mgrande.pt

RE: Recrutamento centralizado - Consulta**De :** Divisão de Recrutamento e Seleção
<DRS@ina.pt>

Sex, 03 De Fev de 2017 11:02

2 anexos

Assunto : RE: Recrutamento centralizado - Consulta**Para :** Marina Freitas <marina.freitas@cm-mgrande.pt>

Exmos. Senhores,

Em resposta ao solicitado no email infra, e para efeitos do disposto no artigo 4.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, informamos V. Exa. do seguinte:

- ð “Não tendo, ainda, decorrido qualquer procedimento concursal para constituição de reservas de recrutamento para a categoria de **Assistente Operacional**, declara-se a inexistência, em reserva de recrutamento, de qualquer candidato com o perfil adequado”.
- ð “Não tendo, ainda, decorrido qualquer procedimento concursal para constituição de reservas de recrutamento para a categoria de **Assistente Técnico**, declara-se a inexistência, em reserva de recrutamento, de qualquer candidato com o perfil adequado”.

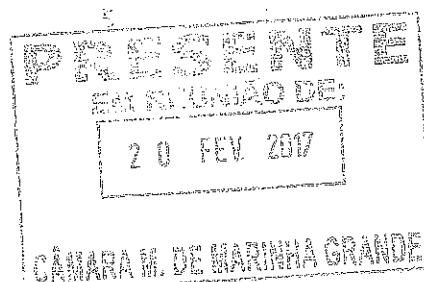
Informa-se ainda que, do despacho de autorização de abertura do procedimento concursal, deve constar a referência à consulta ora efetuada.

Com os melhores cumprimentos,

Arménia Rodrigues
Assistente Técnica
Divisão de Recrutamento e Seleção



Direção de Serviços de Recrutamento e
Gestão da Mobilidade (DSRGM)
T.: (+351) 214 465 300
F.: (+351) 214 465 368
e-mail: drs@ina.pt |
<http://www.ina.pt> | Siga-nos no [Facebook](#)



De: Marina Freitas [mailto:marina.freitas@cm-mgrande.pt]

Enviada: sexta-feira, 3 de Fevereiro de 2017 10:29

Para: Divisão de Recrutamento e Seleção

Assunto: Recrutamento centralizado - Consulta

Importância: Alta

Exmos. Senhores,

Para efeitos do disposto no artigo 4.º, n.º 1 da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, e pretendendo esta Câmara Municipal proceder à abertura de procedimentos concursais, remetemos pedido de consulta nos termos infra:

- Procedimento concursal comum na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para a carreira e categoria de assistente técnico

N.º de postos de trabalho: 2

Descrição do posto de trabalho: Assegurar a tramitação e organização dos processos de controlo prévio das operações urbanísticas; garantir a emissão de alvarás de licença, de recibos de admissão de comunicação prévia e de alvará de autorização de utilização dos edifícios; elaborar mapas estatísticos, ofícios, atas e outros documentos; registar os requerimentos e processos na aplicação de urbanismo; rececionar processos e requerimentos diversos; fazer atendimento presencial e telefónico ao público; arquivar a documentação; colaborar nas restantes tarefas administrativas inerentes à área do urbanismo; emitir guias de receita; preparar cópias dos processos a entregar ao requerente; garantir a organização do arquivo de obras particulares, a inserção e atualização dos dados na aplicação informática.

- Procedimento concursal comum na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para a carreira e categoria de assistente operacional, área da educação

N.º de postos de trabalho: 4

Descrição do posto de trabalho: Garantir as funções de apoio geral, desenvolvendo e promovendo o respeito pelo estabelecimento de educação, traduzindo-se nomeadamente: na participação com os docentes no acompanhamento de crianças e dos jovens durante o período de funcionamento da escola, na execução de tarefas de atendimento e de acompanhamento de utilizadores da escola; assegurar a limpeza, arrumação e conservação das instalações e do respetivo material e equipamento; desempenhar tarefas de apoio ao funcionamento das bibliotecas escolares, apoio nos bares e cantinas escolares e nos transportes escolares.

Com os melhores cumprimentos,

Marina Freitas
Chefe de Unidade
Divisão de Administração e Modernização

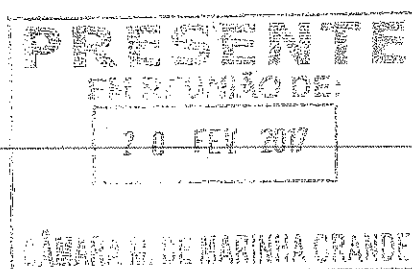


image001.png
50 KB

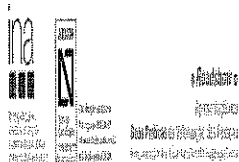


image002.png
12 KB



MUNICIPIO DA MARINHA GRANDE
 CONTRIBUINTE N.º 505776758
 PRAÇA GUILHERME STEPHENS
 2430-522-MARINHA GRANDE

IMPRESSO	PAGINA
2017/02/15	1

PROPOSTA DE CABIMENTO

SERV. REQUIS.	LOGIN	DATA	NUMERO	ANO
13030101	brites	2017/02/15	467	2017

DESCRIÇÃO DA DESPESA
 ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM NA MODALIDADE DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS POR TEMPO INDETERMINADO PARA QUATRO ASSISTENTES OPERACIONAIS PARA A DIVISÃO DE CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO (ÁREA DA EDUCAÇÃO) - DATA INICIO ESTIMADA SETEMBRO/2017

CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA
 TIPO DESP: RPQR-REMUN.PRINCIPAL-RECRUT.PESSOAL-RCTFP
 ORGÂNICA : 06 DIVISÃO DE CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO
 ECONÔMICA: 01010404 RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO
 PLANO :
 DOTAÇÃO DISPONÍVEL 12.350,40
 A CABIMENTAR 8.912,00
 SALDO APÓS CABIMENTO 3.438,40

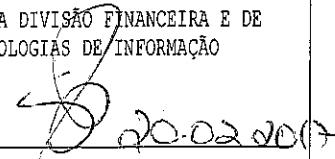
CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA
 TIPO DESP: SRPR-SUBS.REFEIÇÃO-PES.QUADROS-RECRUT.PESSOAL-RCTFP
 ORGÂNICA : 06 DIVISÃO DE CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO
 ECONÔMICA: 0101130202 RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO
 PLANO :
 DOTAÇÃO DISPONÍVEL 1.990,00
 A CABIMENTAR 1.737,18
 SALDO APÓS CABIMENTO 252,82

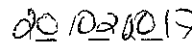

CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA
 TIPO DESP: SFRP-SUBSÍDIO DE FÉRIAS-RECRUTAMENTO PESSOAL-RCTFP-RECRUTAMENTO
 SNRP-SUB.NATAL DUODÉCIMOS-RECRUTAMENTO PESSOAL-RCTFP-RECRUTAMENTO
 ORGÂNICA : 06 DIVISÃO DE CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO
 ECONÔMICA: 0101140204 RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO
 PLANO :
 DOTAÇÃO DISPONÍVEL 1.752,40
 A CABIMENTAR 1.552,92
 SALDO APÓS CABIMENTO 199,48

CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA
 TIPO DESP: FPRG-REGIME GERAL SEG.SOCIAL-SEG.SOCIAL FUNCION.PÚBLICOS-ENC.ENT.
 ORGÂNICA : 06 DIVISÃO DE CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO
 ECONÔMICA: 0103050202 SEGURANÇA SOCIAL - REGIME GERAL
 PLANO :
 DOTAÇÃO DISPONÍVEL 5.832,03
 A CABIMENTAR 2.485,50
 SALDO APÓS CABIMENTO 3.346,53

EXTENSO
 CATORZE MIL SEISCENTOS E OITENTA E SETE EUROS E SESSENTA CÊNTIMOS

PROPOSTA CABIMENTADA EM 2017/02/15

A CHEFE DA DIVISÃO FINANCEIRA E DE
 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO


AUTORIZAÇÃO 
 O PRESIDENTE DA CÂMARA


PROCESSADO POR COMPUTADOR
PRESENTE
 EM REUNIÃO DE:
 20 FEV. 2017
 CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

Zimbra

marina.freitas@cm-mgrande.pt

RE: Trabalhadores em requalificação - Consulta

De : Virginia Pedroso
<virginia.simoaes@cimregiaodeleiria.pt>

Qua, 08 De Fev de 2017 14:37

1 anexo

Assunto : RE: Trabalhadores em requalificação -
Consulta

Para : marina freitas <marina.freitas@cm-
mgrande.pt>

Cc : 'CIMRL' <cimrl@cimregiaodeleiria.pt>

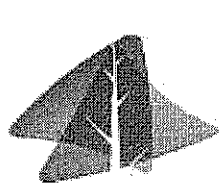
Ex.mos Senhores,

Em resposta ao V/ email informamos que, até ao momento, não existe qualquer Comissão criada, no âmbito da CIMRL, sobre a existência de Pessoal em Sistema de Requalificação.

Com os melhores cumprimentos,

A CIMRL
Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria

Edifício Maringá, n.º 221, Torre 2, 2.º andar Apartado 2904
2400-118 LEIRIA
Telefone: 244 811 133
Fax: 244 822 796



CIMRL
Comunidade
Intermunicipal
da Região de Leiria



De: Marina Freitas [mailto:marina.freitas@cm-mgrande.pt]

Enviada: 3 de fevereiro de 2017 17:15

Para: cimrl@cimregiaodeleiria.pt

Cc: Paulo Vicente <presidente@cm-mgrande.pt>; Tereza Coelho <tereza.coelho@cm-mgrande.pt>; Nelson Araújo <nelson.araujo@cm-mgrande.pt>

Assunto: Trabalhadores em requalificação - Consulta

Importância: Alta

Exma. Senhora Dr.ª Alcina Costa,

Para efeitos do disposto no artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na sua redação atual, conjugado com o artigo 13.º, n.º 1 da Lei n.º

77/2015, de 29 de julho, e pretendendo esta Câmara Municipal proceder à abertura de procedimentos concursais, remetemos pedido de consulta nos termos infra:

- Procedimento concursal comum na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para a carreira e categoria de assistente técnico

N.º de postos de trabalho: 2

Descrição do posto de trabalho: Assegurar a tramitação e organização dos processos de controlo prévio das operações urbanísticas; garantir a emissão de alvarás de licença, de recibos de admissão de comunicação prévia e de alvará de autorização de utilização dos edifícios; elaborar mapas estatísticos, ofícios, atas e outros documentos; registar os requerimentos e processos na aplicação de urbanismo; rececionar processos e requerimentos diversos; fazer atendimento presencial e telefónico ao público; arquivar a documentação; colaborar nas restantes tarefas administrativas inerentes à área do urbanismo; emitir guias de receita; preparar cópias dos processos a entregar ao requerente; garantir a organização do arquivo de obras particulares, a inserção e atualização dos dados na aplicação informática.

- Procedimento concursal comum na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para a carreira e categoria de assistente operacional, área da educação

N.º de postos de trabalho: 4

Descrição do posto de trabalho: Garantir as funções de apoio geral, desenvolvendo e promovendo o respeito pelo estabelecimento de educação, traduzindo-se nomeadamente: na participação com os docentes no acompanhamento de crianças e dos jovens durante o período de funcionamento da escola, na execução de tarefas de atendimento e de acompanhamento de utilizadores da escola; assegurar a limpeza, arrumação e conservação das instalações e do respetivo material e equipamento; desempenhar tarefas de apoio ao funcionamento das bibliotecas escolares, apoio nos bares e cantinas escolares e nos transportes escolares.

Mais solicita o Exmo. Sr. Presidente da Câmara, Paulo Jorge Campos Vicente, a inclusão do presente assunto, na próxima reunião do Conselho Intermunicipal.

Com os melhores cumprimentos,

Marina Freitas
Chefe de Unidade
Divisão de Administração e Modernização

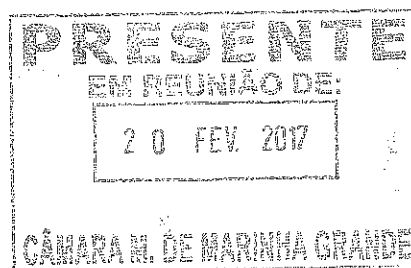
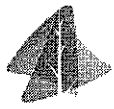


image001.png

11 KB



CIMRL
Comunidade
Intermunicipal
do Região de Leiria

PRESENTE
EM REUNÃO DE:
20 FEV. 2017
CÂMARA M. DE MADRUGA GRANDE